

STJ00098019

Luiz Celso de Barros

CRIMES FISCAIS

INCONSTITUCIONALIDADE
E ATIPICIDADE

edipro 

STJ00098019

CRIMES FISCAIS
INCONSTITUCIONALIDADE E ATIPICIDADE

LUIZ CELSO DE BARROS

1ª Edição 2014

© desta edição: *Edipro Edições Profissionais Ltda. – CNPJ nº 47.640.982/0001-40*

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer forma ou por quaisquer meios, eletrônicos ou mecânicos, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenamento e recuperação de informações, sem permissão por escrito do Editor.

Editores: Jair Lot Vieira e Maíra Lot Vieira Micales

Coordenação editorial: Fernanda Godoy Tarcinalli

Editoração: Alexandre Rudyard Benevides

Revisão: Sandra Cristina Lopes

Arte: Karine Moreto Massoca

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Barros, Luiz Celso de

Crimes fiscais : inconstitucionalidade e atipicidade / Luiz Celso de Barros – São Paulo: Edipro, 2014.

Bibliografia

ISBN 978-85-7283-835-1

1. Direito constitucional 2. Direito penal 3. Direito processual 4. Direito tributário I. Título.
13-11297 CDD-343.359.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Crimes fiscais : Direito tributário penal : 343.359.2

995423



edipro

edições profissionais ltda.

São Paulo: Fone (11) 3107-4788 – Fax (11) 3107-0061

Bauru: Fone (14) 3234-4121 – Fax (14) 3234-4122

www.edipro.com.br

SUMÁRIO

Nótulas introdutórias	9
I – Direito Constitucional	11
1. A fonte do Direito e suas ramificações	11
2. Prisão por dívida	12
II – Direito Penal	15
1. Noção de crime	15
1.1. Síntese	15
1.2. Conceituação	16
1.3. Sujeito passivo	17
1.4. Concurso de crimes	21
2. Do tipo penal	22
2.1. Elementares do tipo	22
3. Crime consumado e tentado	24
4. Algumas classificações doutrinárias	26
5. Decadência e prescrição	28
5.1. Decadência e a extinção da punibilidade	29
5.2. Prescrição da pretensão punitiva	29
5.2.1. Dos prazos prescricionais	29

5.2.2. Contagem dos prazos: Interrupções	30
5.2.3. Antes do trânsito em julgado: Máximo da pena prevista	31
5.2.4. Depois do trânsito em julgado: Pena contida na sentença (decisão)	33
5.2.5. Natureza jurídica	35
5.3. Prescrição da pretensão executória	36
5.4. Questões processuais	37
5.4.1. Juiz competente	37
5.4.1.1. Pena privativa de liberdade	37
5.4.1.2. Outras penalidades	38
5.4.2. Exasperação da pena e a prescrição	39
5.4.3. Exceções à regra	40
5.4.3.1. Pena de multa	40
5.4.3.2. Réu menor de 21 anos ou maior de 70 anos de idade	41
5.4.3.3. Crime continuado	42
5.4.3.4. Reconhecimento pelo juiz na sentença	44
6. Prescrição virtual	44
III – Direito Tributário	47
1. Noção de tributo	47
2. Espécies de tributo	48
3. Pressupostos do tributo	50
3.1. Lei	50
3.2. Fato gerador	51
3.3. Lançamento	53
4. Lançamento: Constituição do crédito tributário	54
4.1. Competência privativa	54
4.2. Natureza jurídica	56
4.3. Prazo decadencial	57
4.4. Constituição definitiva do crédito tributário	58
4.4.1. Decadência tributária e crime fiscal	62

5. Lançamento de ofício	63
6. Procedimento fiscal apuratório do lançamento: Auto de Infração e Imposição de Multa [AIIM]	63
7. “Autolancamento”: Heresia terminológica	65
IV – Direito Tributário Penal	67
1. Introdução	67
2. Modalidades de lançamentos e seus efeitos penais	68
2.1. Lançamento de ofício direto	68
2.2. Lançamento de ofício por declaração	70
2.3. Lançamento de ofício por homologação	72
3. Pagamento do crédito: extinção da punibilidade ou sentença absolutória	75
V – Atipicidade dos Crimes Fiscais	79
1. Introdução	79
2. Elementares dos crimes fiscais	80
2.1. Nos crimes contra a ordem tributária	80
2.2. Nos crimes de sonegação fiscal	82
3. Tentativa impunível	83
4. Crime impossível	84
4.1. Auto de Infração e Imposição de Multa: AIIM	86
4.2. Crime impossível e concurso de crimes	86
5. O STF e os crimes fiscais	87
5.1. Crime material	88
5.2. Ampla defesa e contraditório administrativos	88
5.3. Constituição definitiva do crédito	89
5.4. Tributo: elementar do tipo	89
5.5. Consumação do crime fiscal	90
5.6. Constituição definitiva do crédito: Prescrição da pretensão punitiva	90
5.7. Considerações derradeiras	91
6. Crime meio e crime fim	91

VI – Direito Penal Administrativo Tributário	95
1. Justificativa da terminologia	95
2. Crime fiscal e infração administrativa	95
VII – Direito Tributário Constitucional	99
1. Obrigações acessórias: Inconstitucionais	99
1.1. Declarações prestadas pelo contribuinte: Eficácia de veracidade – Inconstitucionalidade	99
1.2. Exigência fiscal: Inconstitucionalidade	102
VIII – Direito Processual [Penal – Civil] Tributário	105
1. Garantias constitucionais	105
1.1. Exceção de preexecutividade	105
1.2. Outras medidas civis	108
1.3. Ampla defesa e contraditório	109
1.4. Outros princípios	111
1.5. Cânones do Direito Natural como <i>leges legum</i>	111
2. <i>Habeas corpus</i>	113
2.1. <i>Habeas corpus</i> : Ausência de justa causa	115
2.2. <i>Habeas corpus</i> : Extinção da punibilidade – Prescrição	116
3. Ação de ressarcimento	117
IX – Legislação	119
1. Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965 – <i>Define o crime de sonegação fiscal e dá outras providências</i>	119
2. Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 – <i>Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências</i>	122
3. Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990 – <i>Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências</i>	134
Referências	143
Índice alfabético-remissivo	149